

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

MARQUES MENDES EM SETÚBAL

Editorial

PRESIDENCIAIS À ESQUERDA!

Que panorama desolador nos é dado pelos candidatos presidenciais ditos da esquerda!

Começa pelo número: assumidos de esquerda não temos um candidato, nem sequer dois ou mesmo três, são logo cinco, como os dedos de uma mão.

Como não há partidos de esquerda em número suficiente, apesar de já não serem poucos, o PS ajudou, fornecendo dois candidatos...

Temos assim, dois do PS (Alegre e Soares), um do PCP (Jerónimo de Sousa), um do BE (Louça) e um do PCTP (Garcia Pereira). Espero sinceramente não me ter esquecido de nenhum, mas tal é a profusão de candidatos que, com certeza, ninguém me levará a mal por algum lapso.

Seguem os temas de campanha, altamente dignificadores: candidatam-se com o único objectivo negativo de derrotar Cavaco. Nada mais!

Há, apesar de tudo, um aspecto positivo que deve ser realçado: verifica-se uma unanimidade de objectivos em todos estes candidatos! Diferem apenas quanto ao reconhecimento de qual deles está mais bem colocado para cumprir o objectivo traçado!

Depois aparecem as questiúnculas e as tricas entre os candidatos ditos de esquerda. Os ataques entre eles são mesmo mais demolidores que os ataques a Cavaco...

De entre todas as pequenas guerras ressalta a existente entre Soares e Alegre. De amigos e companheiros de luta a inimigos fígadais. As diatribes sobraram mesmo para Sócrates, que foi chamado a terreiro para elucidar o procedimento de escolha pouco claro do candidato oficial do PS. Das explicações dadas só ficamos ainda mais confusos...

O pior mesmo são os números das sondagens, que insistem em dar a maioria a Cavaco, logo à primeira volta, mantendo todos os restantes candidatos no limiar do resultado residual, mas pior ainda, reiteram o avanço de Alegre em relação a Soares, para desespero deste e de Sócrates.

Finalmente, caso não bastasse, temos a confrangedora evidência da falta de projectos para o país destes candidatos ditos de esquerda, principalmente em confronto com Cavaco. De Soares, por exemplo, só se ouve falar de si, de um passado de quem já ninguém se lembra e de um propalado perigo de uma "direita" que a ninguém afugenta. Onde estão os portugueses, os seus desafios para o futuro, a confiança no seu esforço e na sua capacidade de levantar a cabeça e de por a crise socialista para trás das costas?

Discursos negativistas, oratórias passadistas, propostas ideologicamente requentadas, é tudo o que estes candidatos conseguem produzir.

Devia ser preocupante para os candidatos ditos de esquerda não terem ainda percebido a que diferença estão de Cavaco...e como a sua campanha tem sido não mais que um zero, esse sim, à esquerda!



Destaques

Presidenciais:

Cavaco Silva em Campanha

(Pag 16)

Efeméride:

o 25 de Novembro foi há 30 anos

(Pag 8 e 9)

Durão Barroso: o primeiro ano na Presidência da EU

(Pag 10)

III Congresso dos ASD

(Pag 14)

O Presidente e a Juventude “Laranja” de Setúbal

A JSD de Setúbal comemorou os seus trinta e um anos na companhia de Marques Mendes



A Comissão Política Distrital de Setúbal da Juventude Social Democrata juntou cerca de 3 centenas de participantes na comemoração do seu 31 Aniversário, que contou com a presença do Presidente do PSD, Luis Marques Mendes, do Presidente da JSD, Daniel Fanguero e do Presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Luis Rodrigues.

Um evento onde se discutiu o presente e o futuro político do Distrito de Setúbal e do país.

Isso mesmo começou por afirmar Nuno Matias, Presidente da Distrital de Setúbal da JSD, ao assumir o compromisso de que esta nova geração que está a liderar uma nova forma de estar e de sentir a política, seja na JSD ou no PSD, por forma a melhor ouvirem e representarem as populações, irá permitir ao PSD apresentar-se como uma alternativa ganhadora, com a certeza de que a vitória do PSD, será a vitória do Desenvolvimento e das pessoas do Distrito de Setúbal.

Até porque, como afirmou, “A Esquerda, seja a CDU, seja o PS, tiveram ao longo de 31 anos as suas oportunidades e falharam, promovendo crescimento desenfreado à custa da qualidade de vida das pessoas,

e é pois tempo de mostrar que uma oportunidade dada ao PSD é uma esperança renovada e firme no futuro, que queremos que seja agarrado com competência pelas novas gerações”.

Nuno Matias, deixou bem claros 3 desafios que as novas gerações têm que abraçar e ganhar: O apoio à candidatura do Professor Cavaco Silva (como forma de pagar a dívida de gratidão por quem muito fez pelo Distrito de Setúbal), o desmascarar do desgoverno que é o governo do Partido Socialista que muito prometeu para agora não cumprir (ou fazê-lo em sentido contrário com as suas promessas, sendo disso exemplo o aumento da carga fiscal), e desde já o lançamento de um projecto Autárquico para 2009, para garantir que somos uma força que vai a votos para ganhar.

Pelo mesmo diapasão, apresentou-se Luis Rodrigues, que enalteceu o papel da JSD na mobilização do partido, com a convicção de que com o trabalho feito pelo autarcas do PSD e pela grande ajuda dada pelo Presidente do PSD na recredibilização do partido, o PSD está em condições de partir, no futuro, para grandes conquistas no Distrito de Setúbal.

Daniel Fanguero, Presidente da JSD (nacional) enalteceu o papel da organização da Juventude Social-democrata, como garante de que os jovens têm uma estrutura que os representa.

Destacou ainda que, em Setúbal, como no resto do país a JSD vai continuar a mostrar a sua força, coragem e determinação na defesa das suas terras, das suas gentes, mas sobretudo de Portugal e do seu futuro.

Não deixou de criticar o Governo pela forma pouco séria como tem conduzido a sua acção, e não deixou de referir que a JSD irá apresentar ao Grupo Parlamentar do PSD um pacote de medidas para a juventude, sobretudo na área do emprego.

Palavras do Presidente dos Sociais-Democratas

Para encerrar, o Presidente do PSD, Luis Marques Mendes, falando – como é seu hábito – de improviso, começou por destacar a qualidade dos quadros locais dirigentes da JSD e do PSD, o que mostra bem como, no Distrito de Setúbal, estão criadas as condições para que a população

possa apostar no PSD, como garante de estabilidade e de construção de um novo modelo de desenvolvimento social e económico para esta região.

Não deixou de reafirmar a aposta e o apoio da Direcção Nacional neste Distrito, porque acredita que o PSD pode contribuir decisivamente para que em Setúbal e na sua área distrital – como, aliás, no resto de Portugal – as pessoas tenham mais qualidade de vida.

Marques Mendes não deixou de referir o Orçamento do Estado para 2006, responsabilizando o Governo de José Sócrates por ter “dilapidado em poucos meses o capital de confiança que os portugueses lhe deram”, e garantiu que a campanha das próximas legislativas será feita com “credibilidade”.

“Faremos pouquíssimas promessas, ou quase nenhuma. É uma questão essencial de credibilidade”. O líder do PSD disse também que o problema da justiça só será ultrapassado com um acordo de regime, mas avisou que, com ele, “o PSD nunca será muleta do Governo nem viabilizará alguma coisa sem que seja participante”.

Sobre a candidatura do Professor Cavaco Silva, reafirmou a vontade do PSD em ajudar a sua candidatura a ser ganhadora, e a permitir que o país tenha um presidente da República sério, credível, e com provas dadas do seu profundo amor a Portugal.

No entanto, não deixou de referir que a eventual vitória do Prof. Cavaco Silva não significa que o PSD venha a ganhar as eleições legislativas de 2010, garantindo que o regresso do PSD ao Governo, será feito pela nossa luta, pelas nossas ideias e as nossas convicções.

Porque o país precisa, como referiu, de “esperança, credibilidade e confiança”, Marques Mendes acredita que Cavaco Silva terá um resultado histórico, apelando aos simpatizantes e militantes se empenharem numa campanha que é difícil, mas estimulante porque Portugal precisa de um Presidente como ele.

fonte e fotos, N.M., JSD/Setúbal



O Professor Cavaco Silva inaugura sedes de campanha e contacta “o Portugal Real”

Continuação da pag. 16



À chegada à Universidade Católica no Porto

debate em Portugal, não é entre a Esquerda e a Direita: é entre o Desemprego e o Desenvolvimento! As sociedades modernas são demasiado complexas para se enquadrarem nesta dicotomia.

Relativamente às reuniões semanais entre Presidente e Primeiro-Ministro, o Professor Cavaco Silva considera que, “caso seja eleito”, tais reuniões assumirão a mais alta importância, pois o Presidente tem o direito de ser informado; e ao ser informado, terá o direito de dar a sua opinião, que Cavaco Silva dará, sempre, em primeiro lugar, ao seu interlocutor, não exprimindo essas opiniões em público antes de o fazer ao Chefe do Governo «... e mesmo mais de uma vez!».

O candidato espera que essas reuniões sejam frutuosas e conduzam a uma saudável cooperação, pois «... as palavras do Presidente têm influência, e neste momento, Portugal necessita de um Presidente que conheça o Mundo e as mudanças que nele estão a ocorrer».

Confrontado com a opinião que «ao conhecer o Mundo, conhece-o como economista, olhando para números», do que Cavaco Discorda: «... os números estão ao serviço das pessoas! Quando o banco de Portugal diz que só vamos crescer 0,3%, acrescenta que perdemos quota de mercado nas exportações para a China e para os países do Leste... Ora, o desenvolvimento dó é económico para ser social e não se conhece o Mundo só por viajar muito... Conhece-se, estando atento às mudanças e às suas implicações em Portugal e no resto da Europa! A defesa dos interesses de Portugal no Mundo, neste princípio do século XXI não se faz com retórica, nem com palavreado sem conteúdo. Faz-se, sim, com competências e conhecimento dos “dossiers” O Governo precisa de um Presidente que ajude e defenda os interesses de Portugal no estrangeiro e – como bem dizem Vital Moreira e Gomes

Canutilho – não é possível ter uma política, de estrangeiros, eficaz, sem a cooperação entre Governo e Presidente».

Não me candidato pelos poderes negativos do Presidente da República!».

Cavaco Silva explicou, também os motivos porque não comenta as medidas que o Governo está a tomar e que têm suscitado ampla controvérsia, as firmando que «...como candidato, não deve começar a fazer juízos que lhe não compete fazer» e ante a pergunta «Porquê? Vivemos numa sociedade livre...», respondeu: «Não me compete, porque isso poderia inquirir as relações construtivas que, como eventual Presidente, quero ter com o Governo. Não me candidato pelos poderes negativos do Presidente da República!».

Sobre a forma geral de exercer o mandato, Cavaco Silva pensa que se deve evitar publicidade no seu relacionamento e eventuais recepções a representantes de forças e tendências sociais, tentando estabelecer pontes e consensos.

«Deve haver» – afirmou – «lealdade institucional entre Presidente e os outros órgãos de soberania. Essa lealdade estaria violada se, como Presidente, recebesse corporações ou interesses em conflito com o Governo. O que não quer dizer que não possa promover contactos discretos para ajudar a resolver as crises. E não me vejo a contribuir para a impopularidade de um Governo»

Já no fim das suas declarações, Cavaco Silva, relativamente a hipóteses de críticas abertas ao Governo, afirmou que em primeiro lugar, «... falarei com o Governo, em segundo lugar voltarei a falar com o Governo, em terceiro lugar voltarei a falar com o Governo. Mas se entender que há uma questão importante que um Governo – qualquer Governo –

está a adiar ou a caminhar em sentido que vá contra o interesse nacional posso (depois de falhadas as conversas e os encontros privados) mandar mensagens à Assembleia, posso ter uma intervenção pública. Mas, repito, terão de ser questões de manifesto e claro interesse nacional!».

«Duvido seriamente que alguém se possa pronunciar neste momento, com segurança, sobre a Ota»

O Professor Cavaco Silva, convidado para um dos tradicionais almoços com personalidades de destaque na via portuguesa, realizados pelo “American Club”, proferiu declarações de esclarecimento sobre a sua candidatura e os seus fins. Em declarações finais aos jornalistas afirmou que, se for eleito e caso assim seja proposto pelo Parlamento, não terá qualquer dúvida em convocar novo referendo sobre a regionalização. «Se algum órgão de

soberania me enviar uma proposta de um novo referenda o sobre a regionalização, dar-lhe-ei seguimento, porque entendo que devem ser os cidadãos a pronunciar-se»,

Questionado sobre se admite voltar a fazer campanha contra a regionalização, tal como na primeira consulta popular sobre esta questão realizada em 1998, o candidato disse apenas que “um Presidente da República não deve fazer campanha, para não influenciar as pessoas”.

Em 1988, como cidadão, «... participei na campanha contra a regionalização porque, ao longo do meu tempo como Primeiro-Ministro, convenci-me que era muito negativa para Portugal, na altura e nos termos em que era proposta”, acrescentou.

Falando sobre um dos grandes “casos” do momento, a construção do novo aeroporto na Ota, Cavaco Silva remeteu para mais tarde uma posição sobre o projecto. Insistindo que não gosta, nem quer, pronunciar-se “com ligeireza” sobre um assunto de tão grande importância, o candidato manifestou, contudo, a sua “séria dúvida” que alguém se possa pronunciar neste momento com segurança e total conhecimento de causa sobre a construção do novo aeroporto”, afirmou.

Cavaco Silva lembrou ainda que um projecto com aquela dimensão exige sempre “estudos muito complexos”. Que “... não tive oportunidade de ver”. Disse, no entanto, que “... para Portugal conseguir apoio comunitário para a construção do aeroporto da Ota são necessários estudos definidos no manual da União Europeia de Análise Custo/Benefícios de grandes projectos, entendendo-se como ‘grandes projectos’ os que ultrapassem o custo de 50 milhões de Euros. Os apoios comunitários para esses projectos têm de se fazer e apresentar tais estudos de acordo com um manual muito concreto e que estabelece regras muito detalhadas, a ser cumpridas ao milímetro”, afirmou.

“Ora” – sublinhou – “eu não sei se já foram percorridas todas as fases previstas desse manual.



Cavaco Silva, durante a conferência “Desafios internos e externos de Portugal”, promovida pela Associação de Estudantes da Universidade Católica do Porto

“Tem de se saber se os custos sociais são inferiores aos benefícios sociais e eu não tenho condições para me pronunciar. Nem acredito sequer que alguém disponha de todos os elementos necessários para poder afirmar com segurança que os benefícios sociais do projecto são superiores aos custos”, referiu, para dizer mesmo que “... aliás, estou convencido que ainda nem foram feitos todos os estudos sobre os restantes benefícios, tangíveis e intangíveis, directos e indirectos (...) ou sobre os efeitos tributivos, que têm de ser considerados face aos respectivos custos, sector a sector!”, disse, a terminar a conversa com os jornalistas.

Mais de 700 sindicalistas manifestam o seu apoio a Cavaco Silva

Na segunda-feira, mais de 700 dirigentes de sindicatos filiados na UGT e sindicatos independentes, manifestaram o seu apoio a Cavaco Silva e à sua candidatura à Presidência da República.

Entre os apoiantes destacavam-se o presidente da UGT e secretário-geral da Federação Nacional de Educação (FNE), João Dias da Silva, que chefiou a delegação de dirigentes sindicais que se deslocou na segunda-feira à tarde à sede de candidatura de Cavaco Silva, em Lisboa.

Nessa altura, a delegação entregou ao candidato um documento subscrito por 618 sindicalistas filiados na UGT e sindicatos independentes.

Segundo disse à Lusa o líder dos Trabalhadores Social Democratas (TSD), Arménio Santos, o documento, além de “traduzir o apoio à candidatura de Cavaco Silva”, aborda algumas questões que constituem preocupação dos sindicatos, como a situação económica e social do país, o aumento do desemprego e a necessidade de valorizar a concertação social.

Além de João Dias e Silva subscvem o documento 32



Inauguração da sede de campanha, no Porto

secretários nacionais da UGT e dirigentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Sindicato dos Profissionais de Seguros e Sindicato dos Enfermeiros, dirigentes do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, da União de Sindicatos Independentes, do SINDEP – Sindicato Nacional e Democrático dos Professores e do Sindicato de Bancários do Norte, entre outros que subscreveram igualmente o documento entregue a Cavaco Silva.

No encontro de segunda-feira, a delegação de dirigentes sindicais também convidou Cavaco Silva para estar presente na convenção laboral que se realiza na próxima quinta-feira, no Primeiro de Dezembro, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Acções de rua no Norte e uma conferência na Universidade Católica, no Porto

O Professor Cavaco Silva esteve, no dia 25, na Universidade Católica

do Porto, para proferir uma conferência sobre os “Desafios internos e externos de Portugal”.

Na grande sala, completamente cheia de alunos e docentes, Cavaco Silva anteviu a queda da economia portuguesa para a cauda dos 25 países da União Europeia, caso se mantenha o ritmo de crescimento dos últimos cinco anos.

“Se Portugal continuar a crescer entre zero e um por cento, onde estaremos daqui a uns anos? Estaremos na cauda da Europa, não a 15, mas a 25”, afirmou. Os países de Leste que aderiram recentemente à UE “estão a crescer cinco por cento ao ano, em média”, estando Portugal já atrás da Eslovénia e prestes a ser ultrapassado pela República Checa.

Cavaco Silva sublinhou que, “na mesma conjuntura internacional”, as últimas estimativas apontam para um crescimento económico em Espanha superior a três por cento e de apenas 0,3 por cento em Portugal, que já foi novamente ultrapassado pela Grécia.

O Professor de Economia frisou que deseja que a eventual queda de Portugal para a cauda da UE seja “um hipótese não realizável”, contando para tal com o contributo da juventude para levar o país “novamente para um caminho de sucesso”.

O Candidato classificou a sua decisão de voltar à luta pela Presidência da República, que revelou ter tomado no Verão, como “um imperativo de consciência” de alguém cuja actividade política no passado é elogiada internacionalmente.

“Os meus 10 anos como Primeiro-Ministro são hoje avaliados de uma forma muito positiva em todos os relatórios internacionais”, salientou, manifestando-se disponível para “arregaçar as mangas com o Governo e a Assembleia da República, de forma a encontrar soluções para ultrapassar a actual crise.

“Não tenho qualquer intenção de

sugerir alterações constitucionais às funções do Presidente da República”, garantiu, explicando que pretende ajudar os restantes órgãos de soberania no estrito respeito pelas competências presidenciais e numa lógica de contribuição para a estabilidade política.

Cavaco Silva prometeu, caso seja eleito, exercer uma “presidência activa e empenhada, estimulando as energias nacionais e afastando sombras de laxismo e corrupção”.

Para o candidato, “honestidade, competência, dedicação aos outros e sentido de Estado” são os valores mais importantes que devem nortear um político.

No dia 26, Cavaco Silva, teve um encontro com representantes do sector vitivinícola de todo o país, que decorreu em Lamego, no qual afirmou que se for eleito Presidente da República, fará um esforço, dentro das competências constitucionais que são atribuídas ao presidente, para “contribuir para a melhoria da qualidade do sistema político português”, qualidade essa que, na sua opinião, está “ligada à credibilidade daqueles que servem a causa pública, que devem ser vistos como honestos, competentes, rigorosos, como cumpridores das promessas que fazem”.

“Temos que esperar que, no futuro, as coisas estejam melhores do que estão hoje”, frisou.

Quanto à situação económica do país, Cavaco Silva lembrou as suas “múltiplas intervenções” em que manifestou como Portugal, já há cerca de cinco anos, “se encontra afastado dos níveis de desenvolvimento dos outros países e corre o risco de que assim possa continuar no futuro”.

“Foi precisamente o contributo que eu possa dar para inverter essa situação que me levou a disponibilizar-me para ser candidato à Presidência da República”, sustentou.



Recebendo os cumprimentos e o apoio público do internacional Vitor Baía



Almoço no “American Club

Cavaco defende que “uma eleição presidencial pode trazer uma nova dose de confiança aos agentes económicos e sociais portugueses, a qual é muito importante para o investimento ou criação de emprego”.

Apesar de confessar que não é um “grande consumidor de vinho”, participou numa prova de vinhos, que juntou produtos de todo o país e explicou que veio hoje ao Douro para dizer que “o país não pode dispensar nenhum sector nem pode dispensar o sector agrícola”.

Considerou ainda que a agricultura portuguesa “justifica um olhar especial da parte dos agentes políticos, porque atravessa dificuldades, porque as explorações agrícolas têm pouca dimensão, porque os solos às vezes não são de boa qualidade e porque as condições climatéricas não são favoráveis”.

Referiu ainda que o sector vinícola, que aceitou o desafio da modernização nas suas adegas, vinhas, e qualidade dos vinhos produzidos, vai conseguir, através de uma aposta no “talento, criatividade e originalidade, vencer os novos desafios que vêm acima de tudo da concorrência dos novos países produtores e das exigências que se colocam à comercialização do vinho português no estrangeiro”.

“Por isso, tenho confiança que este sector difunda a sua capacidade de inovação pelo resto da agricultura portuguesa e contribua para preservar o mundo rural”, salientou.

Neste encontro, os vitivinicultores portugueses afirmaram que o mercado nacional é excedentário relativamente à

produção nacional, pelo que o futuro do sector passa pela exportação.

Um dos maiores entraves é a concorrência dos vinhos provenientes dos novos países produtores, como a Austrália, Nova Zelândia ou África do Sul, que não estão sujeitos aos regulamentos comunitários.

Por sua vez, o enólogo Anselmo Mendes, que se declarou apoiante de Cavaco Silva, afirmou que o Presidente

da República é o “embaixador maior do vinho como parte integrante da cultura portuguesa”.

Em Vila Real, inauguração da sede de candidatura

N mesmo dia, em Vila Real, onde, recebido por centenas de pessoas,

inaugurou a sede de candidatura, disse que a principal mensagem que queria deixar aos transmontanos era «de confiança», e instou os portugueses a “pensar duas vezes” antes de votar: “Temos de pensar duas vezes nas escolhas que temos de fazer no dia 22 de Janeiro, porque o que está em causa é escolher quem é que nas presentes circunstâncias melhor pode ajudar o país a sair das suas dificuldades, a restabelecer o clima de confiança e credibilidade”, afirmou.

Realçou a importância da “confiança”, insistindo em que sem esta “não há investimento, não há criação de emprego e os capitais fogem para o exterior”.

Entre gritos de “Cavaco à primeira” e “Portugal precisa de ti” com que os apoiantes interrompiam o seu discurso, o candidato à Presidência da República afirmou mais uma vez que se candidata para “ajudar os portugueses”.

Mostrou-se ainda convicto de que é possível mudar a “situação complexa em que se encontra o país e evitar o risco de estagnação e declínio nos próximos anos”.

“Foi por isso que decidi sair da minha comodidade e candidatar-me à Presidência da República”, frisou.

O objectivo é, segundo Cavaco, tentar contribuir, no quadro das competências constitucionais do Presidente da República, para o interesse nacional.

Voltando a um tema que sempre tem abordado desde o início da pré-campanha, afirmou que “... sei bem quais são os poderes do Presidente da República, sei que não me compete legislar, nem governar”, observou.



Agradecendo o apoio de centenas de pessoas presentes num almoço em Cervães

Garantiu que será um presidente independente de todas as forças partidárias e salientou que “um presidente que projecte uma imagem de honestidade, seriedade, de rigor e intransigência em relação à corrupção, talvez consiga injectar uma dose nova de confiança, abrir uma nova janela de esperança”.

Disse ainda que ninguém o vai desviar do rumo que traçou para a sua campanha, “quaisquer que sejam as palavras de menos consideração, para não dizer outra coisa, que venham de outro candidato”.

Assinalou em seguida que tem tentado explicar aos portugueses, em primeiro lugar, por que decidiu candidatar-se e, em segundo lugar, como pensa exercer a magistratura da Presidência da República.

“Que ninguém espere que eu fique instalado nos cadeirões do Palácio de Belém”, afirmou.

Fez ainda questão de salientar que não é “dono” dos votos dos portugueses e, porque respeita o eleitorado, “o trabalho” só vai terminar no dia 22 de Janeiro.

Em Cervães (Vila Verde), entusiástico apoio popular

Em Cervães, Vila Verde, num almoço de apoiantes que juntou mais de 1600 pessoas de diversos quadrantes políticos, entre as quais – segundo a organização – alguns simpatizantes do PS, além de simpatizantes do PSD e do CDS/PP, Cavaco Silva pediu a “ajuda” dos portugueses, prometendo que, se for eleito, será “o primeiro a arregaçar as mangas para que o país entre, de novo, no rumo do progresso e do desenvolvimento”.

“Ajudem-me nesta batalha que estou a travar”, pediu, dizendo “que vale a pena que todos façam um esforço para que Portugal entre numa nova fase da sua vida”.

No almoço falou também o presidente da Câmara local, José Manuel Fernandes, que chamou a Cavaco “futuro Presidente”, e a mandatária distrital, Isabel Calado Pereira.

O almoço seguiu-se a uma visita à Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, onde Cavaco fez um apelo semelhante aos portugueses.

Na viagem para Vila Verde fez uma curta paragem em Amares, onde era aguardado, no centro da vila, por algumas centenas de pessoas que o queriam cumprimentar e vitoriar.

Nas duas intervenções, Cavaco Silva apelou ao regresso da “confiança e do optimismo” e pediu “o fim das polémicas”, voltando a garantir que não vai proferir “qualquer palavra de menos respeito para com os outros candidatos”.

Lembrou as suas origens humildes, dizendo que não nasceu nem em casa nem em terra de abundância: “Tive – disse – de lutar muito para chegar onde cheguei, pelo



Um aspecto da sala do almoço em Cervães

que me preocupa que todos os portugueses, do interior ou do litoral, do Norte ou do Sul, tenham as mesmas oportunidades de subir na vida”.

Disse que “não pode haver portugueses de primeira e de segunda” e asseverou que aquilo que mais deseja “é ajudar os mais desfavorecidos, aqueles que também não nasceram em casa de abundância”.

Referiu que, na recente visita que fez ao Brasil, “muitos emigrantes” lhe pediram que fizesse algo para “inverter a degradação da imagem de Portugal a nível internacional”.

“Candidato-me porque julgo

poder ajudar o Governo na tarefa de modernizar Portugal”, sublinhou, dizendo que também, se for eleito, irá cooperar com a Assembleia da República, os municípios e as associações da solidariedade social.

Reafirmou que, embora tenha apoio de dois partidos políticos, não se candidatou para cumprir estratégias partidárias. “Esse apoio não me impede de ser um candidato independente, que apenas quer servir os portugueses”, afirmou, reiterando ao longo do discurso as palavras-chave “confiança”, “optimismo” e “regresso ao caminho do progresso”, dizendo que as tarefas que se colocam ao país “não são de uma única pessoa,



Com a delegação que, representando cerca de 700 dirigentes sindicalistas, lhe manifestou o seu apoio público

nem tão-pouco dos partidos, são de todos os cidadãos”.

Com milhares de apoiantes nas ruas de Braga e em comício

O professor Cavaco Silva teve em Braga, um «banho de multidão», com mais de 2.000 pessoas presentes num comício e centenas a acompanhá-lo pelas ruas do centro urbano.

Incentivado pelos gritos de «Cavaco à primeira» e «Ninguém pára Cavaco», o candidato percorreu a Rua dos Capelistas e a Arcada literalmente apertado pelos cidadãos que o queriam cumprimentar e apoiar.

No comício realizado junto à sede distrital de campanha, que inaugurou, Cavaco Silva apelou ao voto, dizendo que os portugueses o conhecem bem: “O que digo que vou fazer eu faço”, afirmou, reafirmando ser “um homem de palavra”.

Antes da intervenção de Cavaco, o dirigente local da Juventude Popular, Rui Moreira, entregou a Cavaco Silva várias listas com assinaturas recolhidas por aquela estrutura,

Pedindo o voto dos eleitores para “dar a volta a isto”, o candidato disse que “o Presidente da República tem de ser uma referência para os outros cidadãos, actuando com rigor, exigência e competência”.

“O mais Alto Magistrado da Nação tem de pôr, acima de tudo, o interesse nacional, sendo, por exemplo, intransigente em relação à corrupção”, declarou.

Disse que não se candidata “para obter qualquer honraria”, e sublinhou que os 10 anos em que exerceu o cargo de Primeiro-Ministro o deixaram “de consciência tranquila”.

“Senti que devia dar uma ajuda para que os nossos filhos, os nossos jovens, não recebam uma ‘pesada herança’, mas tenham, à sua frente, um futuro de progresso”, adiantou.

Referiu-se ao slogan que escolheu para a sua campanha, «Portugal precisa de si», dizendo que os portugueses devem escolher bem, “porque o país precisa de todos para superar a actual situação de descrença”.

No final do comício, Cavaco Silva disse aos jornalistas que não acha “fundamental” que os crucifixos sejam retirados das escolas.

“Não sei se o Governo tomou ou não essa medida”, sublinhou, assinalando que “em Portugal existe convívio e diálogo entre religiões”, o que – frisou – “é um activo que se deve manter”.

A passagem de Cavaco Silva pelo distrito de Braga incluiu também uma visita à Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso e o almoço em Vila Verde.

Fonte e fotos: Gab. Candidatura e “Lusa”

Duas sondagens discrepantes, mas ambas dão a vitória folgada a Cavaco Silva

Dois sondagens, uma da Universidade Católica e outra do «Barómetro Markttest», foram publicadas na semana passada, ambas dando vitória folgada ao antigo Primeiro-Ministro, mas com divergências muito acentuadas nas percentagens atribuídas, que podem estabelecer confusão no espírito de quem as lê, pelo que convém saber as condições da sua realização.

A sondagem da Universidade Católica, foi realizada para a RTP, Antena 1 e Público através de 805 inquéritos telefónicos, tem uma margem de erro de 3,5 por cento e um nível de confiança de 95 por cento.

O «Barómetro Markttest» é uma sondagem de painel permanente, para a TSF e o Diário de Notícias com base em 801 entrevistas e com uma margem de erro de 3,46 por cento. Não foi anunciado o nível de confiança.

Segundo o «Barómetro», Cavaco Silva já não teria a vitória à primeira volta, com uma baixa de quase cinco pontos percentuais, já que aparecia em Outubro com 48,8 por cento das intenções de voto e aparece agora com 44 %.

A segunda posição nas intenções de voto é ocupada pelo histórico socialista Manuel Alegre, que subiu de 13,8 para com 14,6 por cento, logo seguido do candidato apoiado pelo PS, Mário Soares, com 10,6 por cento (tinha 10,3 por cento).

O candidato presidencial apoiado pelo PCP, Jerónimo de Sousa, ultrapassou Francisco Louçã, apoiado pelo Bloco de Esquerda, e consegue agora cinco por cento das intenções de voto.

O número de indecisos subiu dois pontos percentuais (de oito para 10 por cento) e a abstenção também cresceu de quatro para cinco por cento.

Numa hipótese de segunda volta, 48 por cento dos inquiridos acreditam que ela se desenrolará entre Cavaco Silva e Mário Soares, enquanto 41 por cento acha que seria entre o ex-primeiro-ministro e Manuel Alegre.

Os dados indicam ainda que, numa segunda volta, Cavaco Silva consegue 65 por cento das intenções de voto contra Mário Soares com 13 por cento; se o adversário fosse Manuel Alegre, este apenas teria oito por cento dos votos, contra 80% de Cavaco Silva.

O «Barómetro» não consegue explicar como é que Manuel Alegre, agora à frente de Soares, teriam uma performance quase 50% inferior a este, no encontro directo contra Cavaco Silva...

A sondagem da «Católica»

Por outro lado, segundo a «Católica», que tem sido a mais fiável das fontes de previsão, nas eleições mais recentes (Autárquicas 2001, Legislativas 2005 e Autárquicas 2005), Cavaco Silva continua a ganhar as presidenciais à primeira volta se as eleições de realizassem no dia de divulgação da sondagem, com 57 por cento das intenções de voto.

Manuel Alegre, dirigente histórico do PS, com 17 por cento, teria uma vantagem mínima de um ponto percentual sobre o candidato apoiado pelos socialistas e ex-Presidente da República, Mário Soares, com 16 por cento.

Os outros dois candidatos de esquerda estão tecnicamente empatados nesta sondagem, com ligeira vantagem para Jerónimo de Sousa, candidato apoiado pelo PCP, com cinco por cento das intenções de voto e Francisco Louçã, que tem o apoio do Bloco de Esquerda, e conseguiria quatro por cento.

Numa eventual segunda volta, Cavaco Silva voltaria a vencer, com 65 por cento, sendo Manuel Alegre aquele que obteria melhor resultado dos candidatos de esquerda, com 35 por cento.

Frente a Mário Soares, o antigo Primeiro-Ministro conseguiria 72 por cento das intenções de voto, contra 28 por cento do antigo chefe de Estado e fundador do PS.

Durão Barroso vai votar em Cavaco Silva

O presidente da Comissão Europeia afirmou no dia 24 que vai votar em Cavaco Silva nas eleições presidenciais de Janeiro.

«Creio que os portugueses não farão um grande esforço imaginário para descobrir em que candidato vou votar», disse Durão Barroso em entrevista à RTP, quando questionado sobre que candidato presidencial apoiaria e depois de referir que trabalhou durante 10 anos com Cavaco Silva.

Durão Barroso disse ainda reconhecer como qualidades em Cavaco Silva o «sentido de estado», a «competência», «seriedade» e o «patriotismo».

Barroso foi secretário de Estado da Cooperação e Ministro dos Negócios Estrangeiros nos governos liderados por Cavaco Silva, até 1995.

«Não vou entrar nas campanhas para a eleição presidencial, que não é partidária, mas toda a gente sabe qual é a minha preferência».

Balsemão sugere debate nacional sobre poderes do Presidente

Francisco Pinto Balsemão, Militante Nº 1 e um dos fundadores do PSD (de que foi Presidente), antigo Primeiro-Ministro, grande empresário da comunicação social e fundador e dono do «Expresso», sugeriu um debate nacional sobre os poderes do Presidente da República, em que se discutam as vantagens de um sistema de cariz mais próximo do norte-americano, que assume as características de presidencialista, embora quaisquer mudanças não devam ser equacionadas no curto prazo.

«Não vejo que seja assunto [poderes do Presidente] a rever no curto prazo», afirmou, pois «... não será fácil».

Admitindo, porém, que se faça «um grande debate» sobre tema, Pinto Balsemão, que falava num almoço debate organizado pelo Clube de Imprensa sobre o tema «Portugal (Ainda) É Viável?», considerou «indispensáveis» os pactos de regime em áreas «fundamentais» como a Justiça, Educação e reforma do Estado (incluindo a Segurança Social).

O ex-líder do PSD sublinhou ainda a necessidade de o chefe de estado ter «a capacidade de agregar as forças políticas» e garantir o cumprimento desses pactos de regime.

Nesse sentido, questionou-se «se não será de maior utilidade» discutir que o actual sistema de Governo (semi-presidencialista) evolua para um sistema mais presidencial, que garanta ao Presidente maior poder sobre o Executivo, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos. Segundo o antigo Primeiro-Ministro, «qualquer pacto só será eficaz pelo período mínimo de duas legislaturas», daí a importância do Presidente da República para assegurar o seu cumprimento, «seja quem for que estiver no Governo», reforçou.

Francisco Pinto Balsemão estranhou ainda que nenhum dos candidatos às eleições presidenciais de 22 de Janeiro tenha abordado a questão dos pactos de regime e considerou haver pontos vagos nos programas apresentados.



Uma efeméride a não esquecer

O “25 de Novembro” foi há 30 anos e tem nele a génese real da Democracia em que vivemos!

O 25 de Novembro foi há 30 anos. Efeméride importante, na qual está verdadeiramente a génese da Democracia Partidária de cariz Ocidental e Europeu, que hoje vivemos e consolidamos, através de crises, de problemas de desenvolvimento económico, de muitas mudanças de Governo, de muitas eleições. Mas sempre, em Democracia e sem sobre saltos quanto à natureza fundamental do regime.

Há 30 anos, a 25 de Novembro, os protagonistas sérios do regime, puseram-se de acordo sobre aquilo que não queriam: não queriam o Prec, não queriam militares com cabeleiras, não queriam governos dominados nos bastidores pelo PCP e pelo dr. Cunhal, não queriam cercos à Assembleia Constituinte, que retardassem a aprovação da nova Constituição, não queriam políticos com ideias radicais extremas ou ideologias que impedissem a adesão de Portugal à Europa (que era vista pelos políticos sensatos, depois da descolonização, como a nossa única saída).

Constituíam o “Grupo dos 9”, e em suma, queriam um país normal, uma democracia normal, com homens comuns, ideias comuns. Chesterton dizia que a democracia é a forma de governo das pessoas comuns, das pessoas que escrevem as suas próprias cartas, que têm as suas motivações comezinhas, que querem que as deixem em sossego.

Acabada a Revolução, ficámos então com um regime de compromisso, sem perigo de guerra civil, com as Forças Armadas fora das ruas, embora ainda dentro da política, na figura do Conselho da Revolução, com um militar como Presidente da República, um Estado à disposição dos partidos que livre e eleitoralmente conquistassem o direito de o governar, e uma Constituição ainda com muitos desequilíbrios e muito difícil de modificar.

Defender e tutelar este compromisso, foi um poder que, em grande medida, ficou a cargo do Presidente da República.

A democracia foi sendo consolidada por sucessivos actos eleitorais, nos quais o PPD-PSD desempenhou um papel destacado, pois bem cedo mereceu o título de “O mais Português dos partidos portugueses”, tornando-se depois o



*Almirante Pinheiro de Azevedo:
o único Primeiro-Ministro na história da Democracia que entrou em greve*

maior partido (com Sá Carneiro).

Portugal elegeu Eanes, em 1976, para tutelar os militares; escolheu Sá Carneiro na mesma época, para devolver à sociedade civil os poderes do Conselho da Revolução e arrancar com a consolidação da democracia; escolheu Cavaco Silva em 1985, para a modernização e a preparação da entrada na CEE; escolheu Soares em 1986, para tutelar a normalidade democrática.

Veio depois Jorge Sampaio, um Presidente de compromisso. E hoje, Portugal prepara-se para – em Paz e Liberdade – para voltar às urnas e eleger o seu próximo Presidente, com Cavaco Silva novamente na arena política e a ocupar um lugar destacado, de favorito do Povo.

Por tudo isto, que é um fruto do já

distante do “25 de Novembro”, esta data deve permanecer na nossa memória, deve ser recordada como o foi: uma “dramática aventura” que, do confronto entre militares radicais da extrema-esquerda, apoiados por organizações “revolucionárias” extremistas, com os militares “moderados”, apoiados pelos partidos políticos democráticos, ditou o fim da “revolução permanente e radical portuguesa” e a normalização democrática do país.

A expressão “dramática aventura” é do general Costa Gomes, o Presidente da República que, do Palácio de Belém, foi negociando com todos os adversários, para evitar um confronto que teria arrastado o país para a guerra civil.

De um lado estava a esquerda

militar, influenciada pela extrema-esquerda radical e comunistas, dividida entre “gonçalvistas”, e “otelistas”, apoiantes do chefe do COPCON (Comando Operacional do Continente), adeptos da “via revolucionária permanente” e do «Campo Pequeno» – para os fuzilamentos à mexicana ou à espanhola...

Do outro estavam os “moderados”, congregando militares, dirigidos pelo “grupo dos 9”, e forças à direita do PCP – incluindo o PS de Mário Soares e o PSD de Sá Carneiro – e que acabaram por ter o aval de Costa Gomes.

Ano e meio depois da Revolução dos Cravos, de 25 de Abril de 1974, que tinha derrubado o regime autoritário mais antiga da Europa, a revolução estava novamente na rua.

A banca e os seguros já tinham sido nacionalizados e a reforma agrária no Alentejo e Ribatejo, tutelada e dirigida pelos comunistas, estava no auge.

Desde Julho, no Norte e no Centro do país, destruíram-se sedes do PCP e nas ruas, nas vilas e cidades a Norte da «fronteira» de Rio Maior, gritava-se “abaixo os comunistas”.

Nas empresas os operários, indiscriminadamente, «saneavam» proprietários e dirigentes e apoderavam-se (com resultados geralmente desastrosos) da sua gestão. Esse Verão de 1975 passou para a História como o “Verão Quente” e Portugal ganhou, no Mundo Ocidental, o “petit nom” sarcástico de “Manicómio em autogestão”.

Desde 1974, sucederam-se os golpes e contra-golpes, o 28 de Setembro, ainda em 1974, o 11 de Março e as nacionalizações indiscriminadas, num país governado por um Conselho da Revolução.

Nos jornais, durante esse Outono ainda bem quente e com uma cadência quase diária, eram anunciados golpes e mais golpes, à esquerda e à direita.

Chega-se então a Novembro.

Vasco Lourenço, do Grupo dos Nove, tinha sido escolhido para comandante da Região Militar de Lisboa, em substituição de Otel, que os revolucionários viam como um chefe para a continuação do radicalismo extremista de esquerda.

20 de Novembro foi um dia decisivo. Dias depois do cerco da Assembleia da República por “trabalhadores” de cariz extremista,

numa bem orquestrada “greve”, com a tentativa de boicote dos trabalhos da Constituinte; e do sequestro do Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo no edifício do Gabinete, o Governo faz algo de único na história de democracia ocidental: o Executivo entra em greve!

No dia seguinte, ostensivamente em protesto contra a ameaça do chefe de Estado-Maior da Força Aérea, general Morais da Silva, de dissolver o regimento de Paraquedistas, caso continuasse a permanente indisciplina e desobediência à hierarquia militar, que era o quotidiano dos “páras” – a maioria proveniente dos contingentes de Moçambique e Guiné – os paraquedistas sublevam-se e ocupam as bases de Tancos, Monte Real, Montijo e o Comando da Região Aérea, no Monsanto, em Lisboa, sequestrando o General Pinho Freire.

A resposta foi dada pelo grupo militar dos “moderados”, que, há meses, preparava um plano militar para responder a um eventual golpe da esquerda radical.

Além de Melo Antunes e Vasco Lourenço e do operacional dos comandos, o brilhante e altamente condecorado coronel Jaime Neves (à frente do Regimento dos Comandos da Amadora), o comandante operacional do plano de restabelecimento da ordem foi dado ao general Ramalho Eanes.

Em Belém, Ramalho e Vasco Lourenço tentavam convencer Costa Gomes a dar cobertura ao seu plano militar, mas o Presidente vai adiando e negociando para acalmar os ânimos: com os militares “revolucionários”, com PCP, para que não saia para as ruas com as armas que o Copcon tinha



O muito condecorado (em combate) e experiente líder do Regimento de Comandos da Amadora, coronel Jaime Neves

distribuído indiscriminadamente a civis; e para não apoiar a “aventura” dos pára-quedistas.

Entretanto, chega ao Tejo um navio de transporte de tropas em que regressavam a Lisboa as unidades de paraquedistas comandadas pelo coronel Almendra, que era para os

“páras” o que Jaime Neves era para os comandos: um exemplo e um comandante admirado e obedecido sem hesitações.

Para não sujeitar o seu corpo de elite ao “contágio”, Almendra não permite o desembarque. O navio fica ao largo.

Finalmente, Costa Gomes toma uma decisão e delega em ramalho Eanes o comando das operações. Otel Saraiva de Carvalho é chamado a Belém. E aí fica, retido e impossibilitado de comunicar com as suas “tropas” no quartel do COPCON.

Foram necessários ainda dois dias para dominar a situação, até porque o regimento de Polícia Militar, fortemente tutelado pelos extremistas e sob o comando de Mário Tomé, tinha declarado o seu apoio aos “páras” e às forças revolucionárias de extrema-esquerda.

Na tarde de 25 de Novembro foi decretado por Costa Gomes o estado de sítio em Lisboa – a única vez que tal aconteceu na História recente de Portugal.

Os revoltosos ameaçavam matar o general Pinho Freire, no Comando Aéreo no Monsanto, Lisboa, mas este foi detido numa sala com telefone, que serviu para comunicar o sucedido ao Grupo dos Nove e à noite, num golpe de mão rápido e decisivo, os comandos ocupam a base e libertam Pinho Freire.

Os confrontos decisivos acontecem no dia seguinte, 26 de Novembro. Os Comandos cercaram as instalações da Polícia Militar em Lisboa, ocupada pelos revoltosos. Há tiros e da acção resultaram três mortos – dois comandos e um polícia militar. A PM rende-se a Jaime Neves. E o resto, como dizia Carlisle, “... é História!”

LR, com agradecimentos “arcades ambos” , a Pedro Lomba e Nuno Simas



Na Base Aérea de Monsanto, os “páras” sublevados estabelecem posições defensivas. No dia seguinte, num golpe de mão relâmpago e sem derrame de sangue, os “comandos” dominavam a situação.

Durão Barroso completou um ano como Presidente da União Europeia

Apreciação de 365 dias de trabalho em Bruxelas



“a Comissão Europeia é a mais complexa instituição do Mundo” e o seu presidente “está no bom caminho”.

No passado dia 22, José Manuel Durão Barroso completou um ano como presidente da Comissão Europeia, a convite dos governos dos Estados Membros, que o levou a deixar os cargos de Primeiro-Ministro de Portugal e de Presidente do PSD.

As dificuldades que tem sentido no exercício do cargo, num momento particularmente difícil da economia europeia e com o Mundo a ressentir-se do aumento incessante do preço do petróleo, são atribuídas pelos comentadores políticos internacionais, de que se destaca o Director Político do Centro de Política Europeia, John Palmer, como resultantes da falta de apoio explícito da França e da Alemanha e o facto de vir de um “pequeno” Estado-Membro e ainda pelo principal promotor da candidatura de Durão Barroso pelo Reino Unido, que tem muitos problemas com os países do Continente.

José Manuel Durão Barroso lidera um executivo comunitário mais complexo do que o anterior, onde aumentaram os interesses nacionais (de 15 Estados-membros a UE passou para 25), defendidos por um número maior de comissários europeus (de 20

para 25), que chegaram a Bruxelas com menos experiência das questões europeias.

Várias fontes diplomáticas ouvidas na ocasião do aniversário, concordam que este executivo comunitário tem comissários “mais fracos” do que o anterior, mas reconhecem unanimemente que a culpa não é de Durão Barroso, que tem as mais elevadas qualificações para o cargo, mas que teve de aceitar as escolhas dos governos em relação aos seus Comissários.

Para John Palmer, não está em causa a determinação do antigo Primeiro-Ministro português mas as circunstâncias que condicionam o seu trabalho são muito mais gravosas das que marcaram anteriores presidências.

O primeiro ano de liderança de Durão Barroso ficará marcado pelo chumbo do projecto de Constituição Europeia em dois dos mais antigos Estados-membros (França e Holanda) e pela falta de um acordo sobre o próximo quadro financeiros da UE.

Durão Barroso teve muitos problemas no seu relacionamento

com o Parlamento Europeu, instituição cujos membros foram eleitos em Junho de 2004, ávidos de um protagonismo que as anteriores regras de funcionamento desse órgão eleito não permitiam.

John Palmer considera que a influência do Parlamento Europeu e das suas lutas pelo poder se faz sentir cada vez mais na Comissão Europeia, instituição que, por sua vez, está cada vez mais politizada.

“Esta é a mais ideológica, do ponto de vista político, de todas as Comissões que eu alguma vez vi”, disse John Palmer, considerando que a Assembleia de Estrasburgo tem poderes acrescidos e os seus líderes políticos, a tentar impor-se, não têm dado tréguas a Barroso.

A tomada de posse da sua equipa prevista para 01 de Novembro de 2004 foi adiada para 22 de Novembro exactamente por causa de um braço de ferro com o Parlamento Europeu, que recusou Rocco Buttiglione, um comissário proposto pela Itália.

Para o líder da família política do PPE (Partido Popular Europeu), que constitui a principal base de apoio de Durão Barroso no Parlamento Europeu, “a Comissão Europeia é a

mais complexa instituição do Mundo” e o seu presidente “está no bom caminho”.

A facilidade e a forma clara como Barroso se expressa em várias línguas é apreciada em Bruxelas, mas fontes diplomáticas são de opinião que o português “ainda não chegou ao fim do seu processo de demonstração de que é a pessoa certa no lugar certo”, mas que há “confiança em como o conseguirá no futuro muito próximo”, sublinhou John Palmer.

Numa conferência em que passou em revista um ano em Bruxelas, José Manuel Durão Barroso reconheceu que o incidente com Rocco Buttiglione “foi muito difícil” e constituiu o seu pior dia em Bruxelas, no dia 27 de Novembro de 2004, ainda antes de iniciar formalmente funções como presidente da Comissão Europeia.

Exactamente um ano depois, Barroso viu os Estados-Membros da União Europeia manifestar-lhe o seu apoio total, na cimeira de Hampton Court, no Reino Unido, considerando esse o momento “mais gratificante de um ano de mandato” à frente da Comissão, pois sentiu “um grande consenso em torno das suas ideias e do papel de liderança da Comissão”, que na prática recebeu dos Chefes de Estado e de Governo, um mandato para levar a cabo as suas políticas em várias áreas.

Barroso levou à reunião um relatório elaborado pela Comissão sobre os “Valores europeus num Mundo globalizado”, contendo várias ideias sobre a modernização da economia europeia e vincando a sua urgência face à velocidade e proporções do fenómeno da globalização.

“Em Hampton Court, a Comissão, que sentiu que não seria marginalizada”, afirmou o antigo Primeiro-Ministro de Portugal, acrescentando sentiu que tinha sido ultrapassado o perigo de “um regresso à inter-governamentalização” e que a Comissão tinha garantido o seu “lugar de condutor”.

Após um ano de mandato, Durão Barroso diz continuar satisfeito por desempenhar “um dos cargos mais entusiasmantes do Mundo”.

«Se estou arrependido? Pelo contrário. Ainda estou a ‘aquecer’, afirmou em resposta a uma última pergunta.

Fonte: Lusa



ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Espinho, para reunir ordinariamente no próximo dia 7 de Dezembro de 2005, pelas 21h30, nos Bombeiros Voluntários de Espinho, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Política Local e Nacional.

MONTEMOR-O-NOVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Montemor-o-Novo, para reunir no dia 16 de Dezembro de 2005, pelas 21h00, na sede da Secção de Montemor-o-Novo, na Rua Horácio Macedo, n.º 28 em Montemor-o-Novo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política; 2. Informações.

ODIVELAS

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Odivelas, para reunir em Sessão

Ordinária no próximo dia 6 de Dezembro de 2005, (3º feira), pelas 21h00, na Sede da Secção, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, 11 – c/v dta, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações; 2. Análise da situação política.



ERRATA - JSD / VALONGO

Por lapso dos serviços a convocatória da CPS/JSD Valongo, foi publicada na edição anterior com data de 20 de Novembro, quando deveria ser *3 de Dezembro de 2005, mantendo-se as mesmas horas.*

Pelo lapso cometido pedimos as nossas desculpas.

CONSELHO DISTRITAL de SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Setúbal, para o próximo dia 9 de Dezembro de 2005, pelas 21h00, no Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, sito no Largo Palácio do Coimbra, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Informações; 2 – Eleições Presidenciais; 3 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa (Nuno Lucas)

Leia, assine e divulgue

POVO LIVRE



Conselho Nacional da JSD reúne em Fátima

No passado dia 19 de Novembro, reuniu-se em Fátima o Conselho Nacional da JSD. Da ordem de trabalhos da reunião do órgão máximo da JSD entre Congressos constavam os seguintes pontos: Informações, Análise das Eleições Autárquicas, Lei do Associativismo e Análise da Situação Política.

No primeiro ponto alguns membros da Comissão Política Nacional e Comissões Políticas Distritais fizeram um balanço da prestação dos órgãos nacionais durante os últimos meses, tendo a análise no cômputo geral sido bastante positiva. Destaque para a intervenção de Daniel Fanguero, Presidente da CPN-JSD, que de entre outras questões falou das mais recentes batalhas travadas pela estrutura e das iniciativas mais marcantes dos últimos tempos.

Seguiu-se um período em que os Conselheiros Nacionais analisaram a prestação da JSD e os resultados obtidos pelo PSD nas últimas eleições autárquicas. A maioria congratulou-se pelo excelente resultado, sendo ainda de

salientar o espírito solidário manifestado para com aqueles que tiveram resultados menos bons, incentivando-se a continuação do trabalho até agora desenvolvido.

Num último ponto discutiu-se a nova lei do Associativismo e analisou-se a Situação Política. Várias foram as intervenções e propostas relativamente à primeira questão, tendo todas elas sido registadas para futura discussão e aprofundamento.

Refira-se por fim a aprovação da moção “A Segurança Rodoviária – É de todos nós!” – apresentada pela CPN-JSD e elaborada pela companheira Carina João e da “Carta de Princípios dos Autarcas da JSD”. Esta última, apresentada pela CPD-JSD Setúbal, vai ao encontro dos conteúdos do Manual do Jovem Autarca da JSD, trazendo alguns novos contributos para o mesmo. Este documento será brevemente apresentado pela CPN-JSD esperando-se que se constitua como um elemento fundamental no apoio aos jovens autarcas social democratas.

Moção – A Segurança Rodoviária é de todos nós

Celebra-se amanhã o dia da vítima de acidente rodoviário.

Nas circunstâncias actuais é um dia marcadamente negro para Portugal. Morrem cerca de 4 pessoas por dia nas estradas portuguesas, 150 ficam feridas, 8,4% das quais com gravidade. Podemos afirmar que é sem dúvida um caso de saúde pública.

Continuamos caricatura de nós próprios, os espertalhões do asfalto, pisca não existe, acelerador a fundo, prioridade é só minha...ai Portugal Portugal, um canteiro luso capaz de enrolar manguito quando a razão nos bate à porta...

E ano após ano, continuamos academicamente em busca da solução, do elixir ou bálsamo capaz de aliviar as estatísticas que nos envergonham. No entanto ano após ano, buscamos culpados e não soluções.

A estatística “etária” motivou a CPN da JSD a debruçar-se sobre este assunto. Não podemos continuar a ver morrer os nossos jovens. A faixa etária mais atingida por esta guerra civil, é a dos 18 aos 24 anos.

O tempo é de agir. A história, somos nós que a escrevemos.

Assim, propomos uma pequena viagem à roda do problema.

O nosso eterno cavalo de batalha: a Educação. Neste caso, a **Educação Rodoviária**, que deveria ser leccionada como um programa numa disciplina **obrigatória** nas escolas, porque mais do que a mera passagem de informações em campanhas, é necessário o conhecimento relativo à Segurança Rodoviária, e, acima de tudo, que seja proporcionado um espaço de reflexão ao jovem condutor.

Mas para ser ensinada precisa de ser transmitida aos futuros docentes, logo na faculdade. Os nossos programas escolares também não abordam esta

temática. Talvez porque há demasiado tempo nos habituámos a improvisar aquilo que parece *common sense*.

Por verificarmos que as aulas de código mais não são do que laboratórios teóricos de ratoeiras, gostaríamos de ver aplicado o que se encontra referido na lei, no que respeita à existência de **parques de manobras** nas escolas de condução, preparando os recém-encartados para reagir em algumas situações do dia a dia.

Toda a vida rodoviária, se assim se pode chamar, deveria ser regida por um **sistema de créditos** para as cartas de condução. Com uma avaliação psicológica comportamental intermédia aos condutores que atingissem o valor médio de créditos, e a cassação da carta, com nova avaliação e repetição do processo de aprendizagem, por parte de quem atingisse o limite. O nacional porreirismo tem os dias contados, é tempo de rigor e competência.

Um patamar intermédio de actuação nesta problemática, seria a participação dos automobilistas em **cursos de condução defensiva** e cursos de reciclagem, que poderiam ser incentivados através da dedução da despesa desses cursos no IRS declarado.

Para outra das faces do problema, a solução passaria pela exigência de um **nível mínimo de qualidade de uma estrada**, para ser considerada estrada segura. Não podemos continuar a olhar para os “pontos negros” da estrada e intervir apenas quando os números são muito elevados...quanto vale uma vida humana? Chega de improviso também nesta matéria. Chega de estradas nacionais transformadas em arruamentos urbanos, chega de arruamentos urbanos transformados em auto-estradas. Não servem nem os automobilistas nem os peões. Servem o *caos*.

Por fim, numa fase de actuação terciária, gostaríamos de **Gabinetes de**

Atendimento de Acidentados e suas Famílias. Estes gabinetes responderiam a uma necessidade social importante que deriva da ausência de prevenção terciária. É nesta fase que se poderá devolver ao ambiente rodoviário a vítima de acidente com uma perspectiva de reabilitação psicológica e reinserção segura. Além disso as consequências psicológicas que derivam destes traumas, afectam não só os envolvidos como também os seus familiares.

O Conselho Nacional da JSD assinala assim este dia negro para as estatísticas do nosso país, com propostas e soluções concretas para acabar com o derrame de vidas humanas nas estradas.

Por um futuro melhor,

Conselho Nacional da JSD

Moção

Carta de princípios dos Autarcas da JSD

Trabalho, Ambição e Conquista- Ao Serviço da Nossa Terra e de Portugal!

O seu Projecto de Vida, dá Vida ao nosso Projecto!

É por isso que temos saudades do Futuro. Porque será um Futuro feito por todos nós, onde o dinamismo, a irreverência e a exigência se aliarão à honestidade, lealdade e inteligência para lutarmos por um país mais desenvolvido, com maior Qualidade de Vida e mais Segurança!

Onde se aposte no nosso Portugal, onde se introduza um novo modelo de desenvolvimento económico, social, ambiental e tecnológico, que permita apostar nas qualidades naturais que possuímos, no património histórico que temos, mas não deixando de procurar envolver todos os seus cidadãos nesta tarefa conjunta que é Construir o Futuro da nossa terra.

Um Futuro onde não existam conflitos sociais que criem estigmas de exclusão e fomentem graves problemas de segurança, onde não existam bairros clandestinos e de lata, onde o Ambiente seja preservado, onde Investimento seja sinónimo de emprego, valor acrescentado e riqueza.

Com maior respeito por todos, e por cada um dos cidadãos- ouvindo, respeitando e procurando diariamente representar os seus melhores interesses, porque só assim podemos ter verdadeiras Opções Participadas, que envolvam todos os agentes de uma mudança que se pretende sistemática, estruturada e consequente.

Com melhores acessibilidades e melhores transportes públicos, que permitam em conjunto com um verdadeiro plano de incentivos económicos, atrair para o nosso país, um tecido empresarial mais tecnológico, que seja gerador de maior valor acrescentado e que seja criador de inovações que fomentem o desenvolvimento.

É isso que nos propomos, com uma nova forma de estar e de sentir a política, aproximando-nos de cada um dos nossos concidadãos, com novos valores, novas posturas, uma nova forma de gerir o município, e sobretudo, acabando com os interesses instalados e apresentado um

projecto sério e ambicioso que desejamos construir.

Porque não nos conformamos com o Presente e queremos com convicção ajudar a criar um Novo Caminho de Crescimento, Desenvolvimento, Trabalho, Afirmação e Conquista.

Porque amamos a nossa Terra e dizemos presente neste designio que é construir o seu Futuro, com Coragem, Determinação, Irreverência e Competência.

Para tal defendemos:

A aposta na Juventude através do desenvolvimento de uma rede eficaz de ensino pré-escolar que permita criar, em cada concelho, verdadeiros alicerces do conhecimento que tão importantes serão ao longo do percurso académico dos nossos jovens;

Apostar na criação de centros de estudos (a funcionar 24h por dia), que permitam aos jovens estudar, fazer trabalhos em grupo, pesquisar na internet, ter acesso a biblioteca, acesso a centro de cópias, entre outras valências;

Apostar no Ensino Técnico-Profissional, com o apoio e criação de escolas e cursos que tenham saídas profissionais na região onde estão sediadas, por forma a promover a fixação dos jovens às suas terras de origem;

Fomentar o 1º Emprego, através da criação de uma Bolsa de Emprego Jovem a nível Distrital, coordenada entre IPJ, os Centros de Emprego, Associações Empresariais e Comerciais, Estabelecimentos de Ensino, que permita o cruzamento de dados entre oferta e procura, mas também, que potencie informação sobre o nível de empregabilidade por sectores de actividade (e logo o seu potencial nível de saturação);

Fomentar a fixação de Jovens nos seus concelhos de Origem através da criação de Agência Municipais de Habitação Jovem, com incentivos para a aquisição ou arrendamento, com o propósito de apoiar o seu início de vida;

Criação de Plano de Desenvolvimento Estratégico, que tenha um Plano de Incentivo e Apoio à fixação de Empresas que recrutem mais de 25% de jovens (em que pelo

menos metade esteja ainda à procura de 1º emprego);

Lançar, em conjunto com as escolas do 1º e 2º ciclo do ensino básico, Programas de Formação para a Cidadania;

No entanto, o Futuro de Portugal, não se faz apenas dos (e para os) jovens. É necessário não esquecer os constrangimentos e estrangulamentos criados por Políticas (e políticos) sem visão estratégica que ao longo de 30 anos de Portugal Democrático, confundiram Crescimento com Desenvolvimento, Democracia com Autoritarismo e Arrogância, Serviço Público com Amiguismos e defesa de Interesses Particulares.

É tempo de nos voltarmos para os verdadeiros problemas e nos aproximarmos da população que vive, trabalha e usufrui o nosso país. Fazendo-lhes ver que um novo modelo de desenvolvimento está em marcha, e convencendo-os que também eles são imprescindíveis agentes dessa mudança.

É por isso que não podemos virar as costas às pessoas. Nada faz sentido sem a sua participação, e a Política não é Nobre se não as Ouvirmos, Respeitarmos, para Diariamente as Representarmos.

É isso que nos propomos. Criar uma nova forma de fazer política, mas sobretudo uma nova forma de encarar o desempenho de cargos autárquicos, que permita um verdadeiro serviço público no cumprimento dos melhores interesses da população.

§ Para que tudo isto seja possível, defendemos:

§ A aposta no Turismo, como actividade âncora, que pode dar ao país um nível de rendimento infinitamente superior ao que hoje se regista, pois defendemos que quem usufrui das nossas potencialidades naturais tem que ser induzido a, em contrapartida, deixar alguma riqueza na nossa terra;

§ A aposta nas Indústrias Tecnológicas e de Inovação, através do Incentivo e Apoio à sua fixação, pois são aquelas que em menos espaço potenciam muito maior riqueza;

§ A aposta na Qualidade de Vida

e Preservação do Meio Ambiente, o investimento em energias renováveis que nos torne menos dependente do exterior (sobretudo do petróleo);

§ A aposta na Requalificação Urbana, que aposte mais na preservação do que temos, e menos na edificação desenfreada e sem ordenamento de novos empreendimentos;

§ A aposta na Recuperação do Património Histórico, porque nenhum povo é grande sem que comece por respeitar quem antes dele edificou a sociedade em que se movimenta;

§ A aposta no Acesso à Cultura e ao Desporto, com o apoio à criação de teatros, cinemas, bibliotecas, Videotecas, e com o apoio à prática desportiva através de condições vantajosas no acesso aos equipamentos municipais, porque Desporto também é Vida;

§ A aposta no Comércio Tradicional, apostando e apoiando a sua reestruturação que lhe permita ter novas armas concorrenciais, nas quais o seu Serviço Personalizado e a Qualidade do Produto possam ser vantagens competitivas evidentes;

§ A aposta nas Pessoas, como bem mais inestimável que dispomos. A qualidade dos nossos recursos humanos, será a razão directa da nossa capacidade de gerar mais crescimento e melhor desenvolvimento. Esta é a nossa grande aposta- criar um Distrito de Setúbal em que as Pessoas tenham instrumentos que lhes permita abraçar um percurso social, académico e profissional com vontade, dedicação e motivação;

§ São estes os nossos designios, são estes os nossos desejos, mas é sobretudo, esta a nossa Motivação que nos leva a dizer presente nesta Batalha pela Construção do Futuro da nossa Terra.

§ Um percurso que só fará sentido se for planeado, estruturado e executado com a participação de todos aqueles que a amam tanto quanto cada um de nós.

Porque é este o nosso Projecto de Vida

Conselho Nacional da JSD

III CONGRESSO NACIONAL DOS ASD

Santarém, 11 de Março de 2006

Regulamento do Congresso

Artigo 1.º

Data e Ordem de Trabalhos

O III Congresso Nacional dos ASD reúne no Centro Nacional de Exposições – CNEMA,

sito na Quinta das Cegonhas, em Santarém, no dia 11 de Março de 2006, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Abertura dos Trabalhos
2. Estratégia Política e Autárquica
3. Eleição dos Órgãos Nacionais dos ASD
4. Sessão de Encerramento

Artigo 2.º

Organização dos Trabalhos

1. Os trabalhos decorrerão de acordo com o seguinte horário:

- 12H30 – Recepção aos Congressistas
- 14H30 – Sessão de Abertura
- 15H00 – Apresentação das Moções

– Início das votações para a eleição dos Órgãos Nacionais dos ASD: Mesa do Congresso, Conselho Nacional, Conselho de Jurisdição Nacional e Comissão Política Nacional

- 16H00 – Discussão e votação da estratégia Política e Autárquica
- 19H30 – Proclamação dos resultados das eleições e das moções
- Sessão de Encerramento

Nota: A votação das listas aos Órgãos Nacionais processa-se ao mesmo tempo em que decorrem os trabalhos e por voto secreto, entre as 15h e as 17h.

2. A distribuição dos tempos de intervenção processa-se da seguinte forma:

- a) O presidente da CPN usará da palavra sem limite de tempo, no início e no final do debate, bem como no encerramento dos trabalhos.
- b) Os membros da CPN dispõem de 10 minutos.
- c) O primeiro subscritor de cada proposta de Moção dispõe de 10 minutos.
- d) Aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelo número de inscritos.

Nota: A acumulação de tempo por cedência de oradores inscritos não poderá exceder 10 minutos.

Artigo 3.º

Delegados ASD

1. A Mesa do Congresso; os titulares dos Órgãos Nacionais
2. Delegados dos Concelhos serão eleitos entre os Autarcas filiados no PSD com as quotas em dia, de acordo com a lista anexa.

Artigo 4.º

Assembleia de Voto

A eleição dos delegados será conduzida em cada Concelho pelas respectivas Comissões Políticas do PSD, entre os dias 13 e 19 de Fevereiro, de acordo com o rateio em anexo.

Artigo 5.º

Observadores / Participantes

Podem assistir ao Congresso Observadores e Participantes convidados pela Comissão Política Nacional dos ASD.

Artigo 6.º

Inscrição de Delegados, Observadores, Participantes

1. A inscrição de todos os Delegados, Participantes e Observadores processa-se mediante a remessa à Secretária Geral dos ASD até ao dia 23 de Fevereiro.

2. O Boletim de Inscrição deve ser acompanhado da quantia de 50 Euros, a remeter em anexo ao boletim.

3. A lista de Delegados será publicada na edição de 8 de Março do Povo Livre.

4. Só serão permitidas substituições de Delegados eleitos pelos respectivos suplentes desde que dêem entrada na

sede dos ASD até ao dia 2 de Março.

Artigo 7.º

Moções e Candidaturas aos Órgãos Nacionais

1. As Moções e as Candidaturas deverão ser dirigidas ao Presidente da Mesa do Congresso e entregues na sede dos ASD, na Rua Ricardo Espírito Santo, n.º 1, R/c Dto., 1200-790 Lisboa, em suporte informático, ou por E-mail: autarcas.social.democratas@sapo.pt, até ao dia 2 de Março.

2. As candidaturas processar-se-ão de acordo com o disposto no Artigo 4.º do Regulamento Eleitoral dos ASD.

3. As candidaturas à Comissão Política Nacional terão de ser acompanhadas de Moção Estratégica.

Artigo 8.º

Votações

1. A Mesa submeterá as propostas à votação dos Delegados.

2. Considera-se aprovada a proposta mais votada.

Artigo 9.º

Comunicação Social

Podem assistir aos trabalhos do Congresso representantes de Comunicação Social previamente credenciados pelos ASD.

Localização

O Centro Nacional de Exposições tem a particularidade de estar ligado a uma rede rodoviária bastante importante, a A1, Auto-Estrada do Norte (Lisboa/Porto), a A15 (Santarém/Óbidos), à EN3 (Lisboa/Castelo Branco), à nova ponte sobre o Tejo “Ponte Salgueiro Maia” (IC10) e às Auto-Estradas do Sul (A2, A6 e A13), tornando-se assim um acesso bastante fácil de todo o país.

O Centro encontra-se a 45 minutos do Aeroporto da Portela – Lisboa e a 5 minutos da Estação de Caminhos de Ferro de Santarém.

A distância (em Km) às principais cidades do País é:

Cidade	Coimbra	Faro	Lisboa	Porto
Distância (Km)	137	299	65	254



Contactos

GERAL

Morada:
Centro Nacional de Exposições
Quinta das Cegonhas – Apartado 331
2001-904 Santarém
Portugal

Telefone: +351 243 300 300
Fax: +351 243 300 301

E-mail: geral@cnema.pt

COMERCIAL

Telefone: +351 243 300 300
Fax: +351 243 300 304

E-mail: comercial@cnema.pt

Delegados ao III Congresso Nacional dos ASD

AVEIRO		Miranda do Corvo	3	Mafra	3	Ponte de Lima	2
Águeda	2	Montemor-O-Velho	3	Oeiras	2	Valença	2
Albergaria	3	Oliveira do Hospital	3	Sintra	3	Viana do Castelo	2
Anadia	3	Pampilhosa da Serra	3	Sobral	1	Vila Nova da Cerveira	2
Arouca	2	Penacova	3	Torres Vedras	2		22
Aveiro	3	Penela	3	Vila Franca de Xira	1	VILA REAL	
Castelo de Paiva	3	Soure	2		34	Alijó	2
Espinho	2	Tábua	2	PORTALEGRE		Boticas	3
Estarreja	3	Vila Nova de Poiares	3	Alter do Chão	3	Chaves	3
Ílhavo	3		45	Arronches	2	Mesão Frio	3
Mealhada	2	ÉVORA		Avis	1	Montim de Basto	3
Murtosa	3	Alandroal	1	Campo Maior	1	Montalegre	2
Oliveira de Azeméis	3	Arraiolos	1	Castelo de Vide	3	Murça	2
Oliveira do Bairro	3	Borba	1	Crato	1	Peso da Régua	3
Ovar	2	Estremoz	1	Elvas	2	Ribeira de Pena	3
Sta.M.da Feira	3	Évora	1	Fronteira	3	Sabrosa	2
S.João da Madeira	3	Montemor-o-Novo	1	Gavião	2	Santa Marta de Penaguião	2
Sever do Vouga	2	Mora	1	Marvão	3	Valpaços	3
Vagos	3	Mourão	2	Monforte	1	Vila Pouca de Aguiar	3
Vale de Cambra	3	Portel	0	Nisa	2	Vila Real	3
	51	Redondo	1	Ponte Sôr	1		37
BEJA		Reguengos	2	Portalegre	3	UISEU	
Aljustrel	0	Vendas Novas	1	Sousel	3	Armamar	3
Almodôvar	3	Viana do Alentejo	1		31	Carregal do Sal	3
Alvito	1	Vila Viçosa	1	PORTO		Castro Daire	3
Barrancos	0		15	Amarante	1	Cinfães	2
Beja	1	FARO		Baião	2	Lamego	3
Castro Verde	1	Albufeira	3	Felgueiras	2	Mangualde	3
Cuba	0	Alcoutim	3	Gondomar	1	Moimenta da Beira	3
Ferreira do Alentejo	1	Aljezur	2	Lousada	2	Mortágua	2
Mértola	0	Castro Marim	3	Maia	3	Nelas	3
Moura	1	Faro	2	Marco de Canavezes	3	Oliveira de Frades	3
Odemira	1	Lagoa	3	Matosinhos	2	Penalva do Castelo	3
Ourique	2	Lagos	2	Paços de Ferreira	3	Penedono	3
Serpa	1	Loulé	3	Paredes	3	Resende	2
Vidigueira	1	Monchique	2	Penafiel	3	Santa Comba Dão	3
	13	Olhão	2	Porto	3	S. João da Pesqueira	3
BRAGA		Portimão	2	Póvoa de Varzim	3	S.Pedro do Sul	3
Amares	2	S.Brás de Alportel	2	Santo Tirso	2	Sátão	3
Barcelos	3	Silves	3	Valongo	3	Sernancelhe	3
Braga	2	Tavira	3	Vila do Conde	2	Tabuaço	3
Cabeceiras de Basto	2	Vila do Bispo	3	Vila Nova de Gaia	3	Tarouca	2
Celorico de Bastos	3	V.Real S. António	3	Trofa	3	Tondela	3
Esposende	3		41		44	Vila Nova de Paiva	3
Fafe	2	GUARDA		Abrantes	2	Viseu	3
Guimarães	2	Aguiar da Beira	3	Alcanena	1	Vouzela	3
Póvoa de Lanhoso	3	Almeida	3	Almeirim	1		68
Terras de Bouro	3	Celorico da Beira	2	Alpiarça	1	AÇORES	
Vieira do Minho	3	Fig.Castelo Rodrigo	2	Benavente	1	Angra do Heroísmo	2
V.N. de Famalicão	3	Fornos de Algodres	3	Cartaxo	2	Calheta de S. Jorge	3
Vila Verde	3	Gouveia	3	Chamusca	1	Corvo	2
Vizela	2	Guarda	2	Constância	1	Horta	2
	36	Manteigas	3	Coruche	1	Lagoa	2
BRAGANÇA		Meda	3	Entroncamento	3	Lages das Flores	3
Alfandega da Fé	3	Pinhel	3	Ferreira do Zêzere	3	Lage do Pico	3
Bragança	3	Sabugal	3	Golegã	2	Madalena	3
Carraceda de Ansiães	3	Seia	2	Mação	3	Nordeste	3
Freixo Espada à Cinta	2	Trancoso	3	Ourense	3	Ponta Delgada	3
Macedo de Cavaleiros	3	Foz Côa	2	Rio Maior	2	Povoação	3
Miranda do Douro	3		38	Salvaterra de Magos	2	Praia da Vitória	2
Mirandela	3	LEIRIA		Santarém	3	Ribeira Grande	2
Mogadouro	3	Alcobaça	3	Sardoal	3	Sta. Cruz das Flores	0
Torre de Moncorvo	2	Alvaiázere	3	Tomar	3	Sta Cruz da Graciosa	3
Vila Flor	2	Ansião	3	Torres Novas	2	S. Roque do Pico	3
Vimioso	3	Batalha	3	V. Nova da Barquinha	2	Velas	3
Vinhais	2	Bombarral	3		42	V. Franca do Campo	3
	32	Caldas da Rainha	3	SETÚBAL		Vila do Porto	2
CASTELO BRANCO		Castanheira de Pêra	2	Alcácer do Sal	1		47
Belmonte	1	Figueiró dos Vinhos	3	Alcochete	1	MADEIRA	
Castelo Branco	2	Leiria	3	Almada	1	Calheta	3
Covilhã	3	Marinha Grande	1	Barreiro	1	Câmara de Lobos	3
Fundão	3	Nazaré	3	Grândola	1	Funchal	3
Idanha-a-Nova	2	Óbidos	3	Moita	1	Machico	3
Oleiros	3	Pedrogão Grande	3	Montijo	2	Ponta do Sal	3
Penamacor	2	Peniche	1	Palmela	1	Porto Moniz	3
Proença-a-Nova	2	Pombal	3	Santiago do Cacém	1	Porto Santo	3
Sertã	2	Porto de Mós	2	Seixal	1	Ribeira Brava	3
Vila de Rei	3		42	Sesimbra	1	Santa Cruz	3
Vila Velha de Rodão	2	LISBOA		Setúbal	1	Santana	3
	25	Alenquer	2	Sines	1	S.Vicente	3
COIMBRA		Amadora	2		14		33
Arganil	3	Arruda dos Vinhos	3	VIANA DO CASTELO		Total de Delegados	710
Cantanhede	3	Azambuja	2	Arcos de Valdevez	3	Mesa	6
Coimbra	3	Cadaval	2	Caminha	3	CPN	13
Condeixa-a-Nova	2	Cascais	3	Melgaço	2	Conselho Nacional	50
Figueira da Foz	3	Lisboa	3	Monção	2	Conselho de Jurisdição	6
Gois	2	Loures	1	Paredes de Coura	2		75
Lousã	2	Odivelas	1	Ponte de Barca	2		
Mira	2	Lourinhã	2				

O Professor Cavaco Silva inaugura sedes de campanha e contacta “o Portugal Real”

Numa entrevista concedida há dias a um diário de referência (O Público), o Professor Aníbal Cavaco Silva esclareceu alguns pontos fundamentais da sua forma de abordar o cargo a que se candidata.

Trazendo o essencial desta entrevista aos leitores do “Povo Livre”, com agradecimento ao “público”, registámos que o candidato reafirmou estar convicto de ter o perfil humano adequado para desempenhar as funções presidenciais e que, neste momento, são bem diferentes do que se exigia a um Presidente há dez ou vinte anos. O que se espera de um PR varia de acordo com os problemas do País em cada momento.

No passado, Portugal enfrentava problemas como a consolidação da Democracia, a concretização das revisões constitucionais que aproximassem a nossa Democracia das que vigoravam nos países da então CEE. Todos esses problemas estão resolvidos e hoje Portugal confronta-se com o desafio da sua eventual localização na escala dos países da União Europeia. Estaremos, daqui a cinco ou dez anos, na “cauda” da Europa? Esse é o problema central que condicionará o próximo Presidente.

Agora, como há 10 anos, o Professor afirma que não se candidatou por ambição pessoal, nem pelas honrarias do lugar. A sua acção, como em 1996, é pautada pelas circunstâncias excepcionais ligadas ao futuro do País e porque conhece excepcionalmente bem a realidade portuguesa: os recentes indicadores do Banco de Portugal confirmam o que há muito tempo vem dizendo e para o que tem alertado.

Neste momento, Portugal está na cauda da Europa dos 15, tendo sido ultrapassado, mesmo pela Grécia. Mas o pior é que poderemos caminhar para a cauda dos 25! Em 2005 o nosso carecimento vai ser de 0,3%, enquanto a média dos países do Leste que aderiram à UE anda pelos 5%. Mais meia dúzia de anos com estes diferenciais de crescimento e poderemos ser ultrapassados pela Hungria, pela República Checa, pela Eslováquia e depois pela Estónia...

Embora o Presidente não governe, não faça Leis nem elabore Orçamentos – pois ao Governo cabe Governar e à Assembleia da República legislar – o Presidente, na actual situação, pode dar uma ajuda significativa. Pode criar um “clima



Na saída de rua, anterior à inauguração da sede de campanha, em Vila Real.

de confiança”, que em Portugal atingiu níveis anormalmente baixos, com profunda descrença na capacidade de recuperação, o que não é normal quando se tem um governo de maioria absoluta. «Talvez um Presidente que chegue de novo, alguém que seja visto como competente, rigoroso, exigente, tenha a possibilidade de incutir um novo fôlego», afirmou.

O Professor reiterou que os portugueses o vêem como alguém que faz aquilo que diz, uma pessoa de palavra, uma pessoa rigorosa e exigente, elementos que são importantes para ajudar a criar confiança. “Ajudar”, pois não é só o Presidente que ajuda. A acção do Governo também é determinante «... antes, dizia-se que o País ia mal, mas que íamos aderir à CEE; depois, que não estávamos bem, mas que vinha o mercado único; a seguir as esperanças depositaram-se no Euro e embora esses sejam factores objectivos, ligados à economia... Vimos de uma eleição de onde saiu uma maioria absoluta e esperava-se a geração de um clima de confiança, mas os

indicadores mostram o contrário. Há qualquer coisa que falta!».

«Não me candidato para ficar sentado no cadeirão de Belém!»

«O que me proponho exercer, é uma cooperação activa e empenhada com os outros órgãos de soberania, visando alcançar objectivos nacionais. Não me candidato para ficar sentado no cadeirão de Belém a assegurar a lealdade institucional, mas para que, todos juntos, rememos no mesmo sentido, porventura mobilizando a Oposição, para esta tarefa, que é de regime!

Cavaco Silva recordou que as suas ambições para Portugal incluem recolocar Portugal no caminho de desenvolvimento que estão a seguir a Espanha e outros parceiros europeus. Outras ambições são ver a concretização da qualificação dos recursos humanos, a correcção do desordenamento, especialmente nalgumas zonas do País onde se está a destruir a competitividade num

sector tão importante como o turismo...

E afirmou: «Sabe que a influência do Presidente da República, com estreito respeito pela constituição e pelos poderes presidenciais, pode pedir ao Governo ou à Assembleia, que legissem determinadas matérias. Não existe esta tradição, mas pode fazê-lo. Não se trata de apresentar legislação, mas pedir aos responsáveis que legissem neste ou naquele sentido! Qualquer coisa que envie uma mensagem dizendo: entendo que neste domínio, seria útil legislar! Seja para combater eficazmente a corrupção, seja para impedir mais ou mais desordenada ocupação do território. E pode pedi-lo ao Primeiro-Ministro, nos seus encontros semanais; pode pedir que se elaborem “Livros Brancos”, uma coisa que, se for eleito, certamente não farei sem o pedir e sem o acordo do Primeiro-Ministro. Mas o que temos mesmo de fazer é inverter o ciclo de afastamento, em relação aos níveis de desenvolvimento da UE em geral e da Espanha em particular. Sem isso, não há janela de esperança para os nossos jovens! De resto, o grande

Propriedade PSD-Partido Social Democrata

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213918500 - Fax. 213973168 - Depósito legal nº1970/83 - I.C.S. nº 105690
Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Impressão - Mírandela Artes Gráficas, SA - Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Beta-Vista - Rua da Tascos, 4º Piso - Massamá - 2745 QUELUS - Telef. 214398500 - Fax 213976967

POVOLIVRE



Continua pag. 3